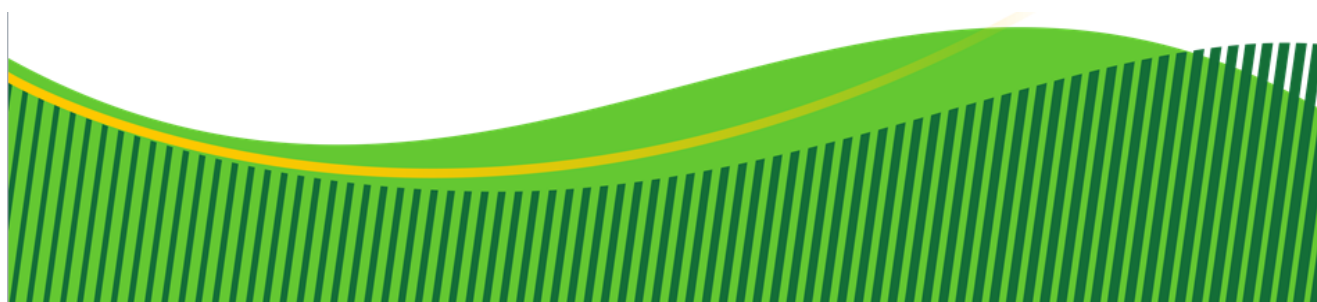


Relatório Anual 2018

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Grandes Lagos do Paraná e Litoral Paulista - Sicredi Grandes Lagos PR/SP

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar—Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre- RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Grandes Lagos do Paraná e Litoral Paulista -
Sicredi Grandes Lagos PR/SP
Laranjeiras do Sul – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Grandes Lagos do Paraná e Litoral Paulista - Sicredi Grandes Lagos PR/SP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Grandes Lagos do Paraná e Litoral Paulista - Sicredi Grandes Lagos PR/SP em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

EY|1

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Grandes Lagos do Paraná e Litoral Paulista - Sicredi Grandes Lagos PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Grandes Lagos do Paraná e Litoral Paulista - Sicredi Grandes Lagos PR/SP
CNPJ/MF nº 81.115.149/0001-18

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	295.987	264.265	CIRCULANTE	145.401	124.908
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	7.512	7.447	DEPÓSITOS (NOTA 11)	53.300	44.988
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	120.983	121.986	Depósitos à Vista	42.983	36.605
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	3	Depósitos a Prazo	10.317	8.383
Tesouro Nacional—Recursos Crédito Rural	-	26	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	60.256	54.039
Correspondentes no país	128	94	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	15	11
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	120.855	121.863	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	60.241	54.028
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	146.714	120.323	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	573	592
Operações de Crédito	157.198	128.092	Recursos em Trânsito de Terceiros	573	592
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(10.484)	(7.769)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	3.938	3.481
OUTROS CRÉDITOS	18.382	12.571	Empréstimos País - Outras Instituições	3.938	3.481
Créditos por Avals e Fianças Honorados (NOTA 06)	869	33	OUTRAS OBRIGAÇÕES	27.334	21.808
Rendas a Receber	845	698	Cobrança e Arrecadação de Tributos	76	69
Diversos (NOTA 06 e 07)	17.583	11.984	Sociais e Estatutárias	1.581	1.040
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(915)	(144)	Fiscais e Previdenciárias	585	559
OUTROS VALORES E BENS	2.396	1.938	Diversas (NOTA 14)	25.092	20.140
Outros Valores e Bens	2.288	1.914			
(Provisão para desvalorização)	(7)	(71)			
Despesas Antecipadas (NOTA 08)	115	95			
NÃO CIRCULANTE	112.405	71.119	NÃO CIRCULANTE	180.326	136.915
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	3.350	1.721	DEPÓSITOS (NOTA 11)	150.913	119.589
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.350	1.721	Depósitos a Prazo	150.913	119.589
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	86.401	51.308	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	29.413	17.326
Operações de Crédito	91.750	55.441	Repasse Interfinanceiros	29.413	17.326
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(5.349)	(4.133)			
OUTROS CRÉDITOS	794	103			
Diversos (NOTA 06 e 07)	808	104			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(14)	(1)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	98	111			
Despesas Antecipadas	98	111			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	9.720	9.229	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	82.665	73.561
Outros Investimentos	9.720	9.229	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	33.521	31.479
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	8.679	5.992	De Domiciliados no País	34.145	31.687
Imóveis de Uso	908	115	(Capital a Realizar)	(624)	(208)
Outras Imobilizações de Uso	11.995	9.276	RESERVAS DE SOBRAS	47.506	40.888
(Depreciação acumulada)	(4.224)	(3.399)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	1.638	1.194
INTANGÍVEL (NOTA 10)	3.363	2.655			
Outros Ativos Intangíveis	6.635	5.249			
(Amortização acumulada)	(3.272)	(2.594)			
TOTAL DO ATIVO	408.392	335.384	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	408.392	335.384

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Grandes Lagos do Paraná e Litoral Paulista - Sicredi Grandes Lagos PR/SP
CNPJ/MF nº 81.115.149/0001-18

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	29.490	-	29.490	56.490	-	56.490	41.673	-	41.673
Operações de Crédito	29.412	-	29.412	56.353	-	56.353	41.538	-	41.538
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	74	-	74	129	-	129	132	-	132
Resultado das Aplicações Compulsórias	4	-	4	8	-	8	3	-	3
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(13.889)	(14)	(13.903)	(23.022)	(25)	(23.047)	(18.053)	(328)	(18.381)
Operações de Captação no Mercado	(4.339)	(14)	(4.353)	(8.039)	(25)	(8.064)	(9.708)	(20)	(9.728)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.472)	-	(2.472)	(4.936)	-	(4.936)	(3.612)	(308)	(3.920)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.078)	-	(7.078)	(10.047)	-	(10.047)	(4.733)	-	(4.733)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15.601	(14)	15.587	33.468	(25)	33.443	23.620	(328)	23.292
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(14.240)	1.455	(12.785)	(25.733)	2.674	(23.059)	(15.909)	1.677	(14.232)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.383	3.740	6.123	4.649	6.925	11.574	4.223	5.183	9.406
Rendas de Tarifas Bancárias	2.659	-	2.659	5.154	-	5.154	4.261	-	4.261
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(9.911)	(799)	(10.710)	(18.512)	(1.433)	(19.945)	(15.244)	(1.299)	(16.543)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(8.260)	(1.044)	(9.304)	(16.129)	(1.950)	(18.079)	(13.677)	(1.554)	(15.231)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(4)	(178)	(182)	(19)	(329)	(348)	(102)	(253)	(355)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	5.445	108	5.553	10.621	145	10.766	13.205	122	13.327
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(6.552)	(372)	(6.924)	(11.497)	(684)	(12.181)	(8.575)	(522)	(9.097)
RESULTADO OPERACIONAL	1.360	1.441	2.802	7.735	2.649	10.384	7.711	1.349	9.060
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	469	73	542	362	66	428	(5)	9	4
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.829	1.514	3.344	8.097	2.715	10.812	7.706	1.358	9.064
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	152	152	-	(170)	(170)	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	95	95	-	(91)	(91)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	57	57	-	(79)	(79)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	1.829	1.666	3.496	8.097	2.545	10.642	7.706	1.358	9.064
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.545	(2.545)	-	1.358	(1.358)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	1.829	1.666	3.496	10.642	-	10.642	9.064	-	9.064
DESTINAÇÕES	-	-	-	(9.004)	-	(9.004)	(7.870)	-	(7.870)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.977)	-	(1.977)	(2.010)	-	(2.010)
Fates - Estatutário	-	-	-	(409)	-	(409)	(298)	-	(298)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(6.141)	-	(6.141)	(4.477)	-	(4.477)
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	(477)	-	(477)	(1.085)	-	(1.085)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	1.638	-	1.638	1.194	-	1.194

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Grandes Lagos do Paraná e Litoral Paulista - Sicredi Grandes Lagos PR/SP

CNPJ/MF nº 81.115.149/0001-18

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	27.656	35.326	752	63.734
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	742	-	(742)	-
Outras destinações	-	-	(10)	(10)
Capital de associados				
Aumento de capital	2.285	-	-	2.285
Baixas de capital	(1.203)	-	-	(1.203)
Resultado do período	-	-	9.064	9.064
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(298)	(298)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.477	(4.477)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.999	-	(2.010)	(11)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.085	(1.085)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	31.479	40.888	1.194	73.561
Mutações do Período	3.823	5.562	442	9.827
Saldos no início do período em 01/01/2018	31.479	40.888	1.194	73.561
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(1.166)	(1.166)
Outras destinações	-	-	(28)	(28)
Capital de associados				
Aumento de capital	2.094	-	-	2.094
Baixas de capital	(2.007)	-	-	(2.007)
Resultado do período	-	-	10.642	10.642
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(409)	(409)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.141	(6.141)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.955	-	(1.977)	(22)
Reserva Legal - Doação SFG	-	477	(477)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	33.521	47.506	1.638	82.665
Mutações do Período	2.042	6.618	444	9.104
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	31.373	40.888	7.146	79.407
Capital de associados				
Aumento de capital	1.086	-	-	1.086
Baixas de capital	(893)	-	-	(893)
Resultado do período	-	-	3.496	3.496
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(409)	(409)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.141	(6.141)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.955	-	(1.977)	(22)
Reserva Legal - Doação SFG	-	477	(477)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	33.521	47.506	1.638	82.665
Mutações do Período	2.148	6.618	(5.508)	3.258

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Grandes Lagos do Paraná e Litoral Paulista - Sicredi Grandes Lagos PR/SP
CNPJ/MF nº 81.115.149/0001-18

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	8.946	16.737	9.824
Resultado do semestre/exercício	3.496	10.642	9.064
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	5.450	6.095	760
(Reversão) Provisão para operações de crédito	4.268	3.931	(487)
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	(20)	(64)	46
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	689	784	(95)
Depreciação do imobilizado de uso	608	1.110	841
Amortização do intangível	358	678	644
Baixas do ativo permanente	26	67	2
(Reversão) para passivos contingentes	-	(10)	(9)
Destinações ao FATES	(409)	(409)	(298)
Dividendos SicrediPar	(70)	8	116
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(16.020)	(10.810)	6.536
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.575)	(1.629)	(1.132)
Redução em relações interfinanceiras ativas	1.938	3	15
(Aumento) Redução em créditos vinculados	10	26	(22)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	18	(35)	123
(Aumento) em operações de crédito	(35.469)	(65.415)	(43.869)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	15.108	18.304	25.337
(Aumento) em outros créditos	(5.312)	(7.294)	(2.238)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	231	(381)	(983)
Aumento em depósitos	757	39.636	23.911
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	73	(19)	363
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	129	458	195
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(298)	(188)
Aumento em outras obrigações	8.072	5.834	5.024
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(7.074)	5.927	16.360
Aquisição de Investimentos	-	(491)	(265)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.032)	(3.864)	(1.901)
Aplicações no Intangível	(489)	(1.386)	(740)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.521)	(5.741)	(2.906)
Integralização de capital	1.086	2.094	2.285
Baixa de capital	(893)	(2.007)	(1.203)
Juros ao capital próprio	(22)	(22)	(11)
Distribuição de Sobras	-	(1.194)	(10)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	171	(1.129)	1.061
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(9.424)	(943)	14.515
Caixa e equivalente de caixa no início do período	137.791	129.310	114.795
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	128.367	128.367	129.310

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Grandes Lagos do Paraná e Litoral Paulista - Sicredi Grandes Lagos PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 02/12/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen(CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 04 de fevereiro de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	7.512	7.447
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	120.855	121.863
Total	128.367	129.310

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.350	1.721
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	3.350	1.721
Total não circulante	3.350	1.721

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	86.162	49.566	135.728	93.106
Financiamentos	9.596	12.058	21.654	18.179
Financiamentos rurais e agroindustriais	61.440	30.126	91.566	72.248
Carteira total	157.198	91.750	248.948	183.533

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	869	-	869	33
Devedores por compra de valores e bens	276	805	1.081	188
Títulos e créditos a receber (i)	14.106	3	14.109	9.526
Total	15.251	808	16.059	9.747

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível A	0,50	107.346	85.592	537	428
Nível B	1,00	83.805	64.215	838	653
Nível C	3,00	45.519	24.361	1.365	731
Nível D	10,00	10.284	6.628	1.028	663
Nível E	30,00	5.008	1.966	1.502	590
Nível F	50,00	1.852	2.589	926	1.295
Nível G	70,00	2.091	806	1.464	564
Nível H	100,00	9.102	7.123	9.102	7.123
Total		265.007	193.280	16.762	12.047

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2018			Total da Carteira	2017
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	5.097	26.808	32.162	33.881	97.948	67.212
Rural	945	12.981	47.514	30.126	91.566	72.248
Industrial	142	1.032	2.247	2.568	5.989	4.513
Comércio	334	11.195	13.348	12.342	37.219	28.783
Outros Serviços	752	8.030	9.862	13.641	32.285	20.524
Total	7.270	60.046	105.133	92.558	265.007	193.280

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	19.165	7,23	14.487	7,50
50 devedores seguintes	41.557	15,68	30.012	15,53
100 devedores seguintes	33.716	12,72	27.096	14,02
Demais	170.569	64,37	121.685	62,95
Total	265.007	100	193.280	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial		12.629
Constituição de provisão	10.047	4.733
Movimentação de baixados para prejuízo	(5.332)	(5.315)
Saldo final	16.762	12.047

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.715 (2017 - R\$ 2.260), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 11.723 (2017 - R\$ 5.002).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	614	140
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	328	1.159
Devedores por compra de valores e bens	276	86
Devedores por depósitos em garantia	99	96
Impostos e contribuições a compensar	505	271
Títulos e créditos a receber	14.106	9.524
Valores honrados	-	274
Operações com cartões	355	30
Pendências a regularizar	719	99
Outros	581	305
Total Circulante	17.583	11.984

Devedores por compra de valores e bens	805	102
Títulos e créditos a receber	3	2
Total não circulante	808	104

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	2.288	1.914
Imóveis	2.226	1.520
Veículos e afins	62	194
Máquinas e equipamentos	-	140
Bens em regime especial	-	60
Despesas antecipadas	115	95
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(7)	(71)
Total Circulante	2.396	1.938
Despesas antecipadas	98	111
Total não circulante	98	111

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 7 (2017 - R\$ 71) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	5.471	4.980
Sicredi Participações S.A.	4.248	4.248
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	9.720	9.229

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	1.373.089 ON	1.373.089 ON	1	1	5.470.789	4.979.868
	2.875.338 PN	2.875.338 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,48%	0,49%	0,62%	0,61%	2,41%	2,60%
Capital social	880.597	874.847	164	164	227.306	191.882
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	228.806	193.372
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	4.248	4.248	1	1	5.471	4.980

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	12.903	(4.224)	8.679	5.992
Imobilizações em curso	-	1.367	-	1.367	510
Terrenos	-	115	-	115	115
Edificações	4%	793	(20)	773	-
Instalações	10%	3.033	(782)	2.251	2.383
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.887	(962)	1.925	1.440
Sistema de comunicação	10%	361	(167)	194	110
Sistema de processamento de dados	20%	3.297	(1.859)	1.438	935
Sistema de segurança	10%	507	(173)	334	258
Sistema de transporte	20%	543	(261)	282	241
Intangível (i)		6.635	(3.272)	3.363	2.655
Investimentos Confederação		6.635	(3.272)	3.363	2.655
Total		19.538	(7.496)	12.042	8.647

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018				2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	42.983	-	-	42.983	36.605
Depósitos a prazo	3.681	6.636	150.913	161.230	127.972
Total	46.664	6.636	150.913	204.213	164.577

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	60.241	54.018
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	60.241	54.018
Outros Recursos	-	10
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	10
Total circulante	60.241	54.028
Recursos do Crédito Rural	29.413	17.326
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	29.413	17.326
Total não circulante	29.413	17.326

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 15/12/2028, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	3.938	3.481
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	3.938	3.481
Total circulante	3.938	3.481

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017 (Reapresentado)
Cheques administrativos	900	4.070
Obrigações por convênios oficiais	13	13
Provisão para pagamentos a efetuar	5.440	3.274
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	80	90
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2.805	2.070
Pendências a regularizar	112	5
Operações com cartões	14.061	9.183
Demais fornecedores	532	456
Credores diversos	1.149	979
Total circulante	25.092	20.140

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Cível	90	5	(15)	80
Total	90	5	(15)	80

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Cível	Provável	80	90
Total		80	90

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 288; R\$ 962 (2017 - R\$ 288 e R\$ 429), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	33.521	31.479
Total de associados	26.692	24.825

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 2.042 (2017 - R\$ 3.823), sendo R\$ 1.955 (2017 - R\$ 2.741) via integralização de resultados e R\$ 2.094 (2017 - R\$ 2.285), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.007 (2017 - R\$ 1.203).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,29% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.977, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 75% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2018 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 477 (R\$ 0 em dezembro de 2017), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais". Desse montante, o valor de R\$ 477 não será objeto de distribuição, sendo integralmente destinado para a Reserva Legal em 31 de dezembro de 2018 conforme Regulamento do Fundo de Desenvolvimento (art.9, V, "c" e "d"), retornando para o Patrimônio Líquido da Cooperativa.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	10.812	9.064
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(4.541)	(3.807)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	5	-
Provisão resgate de milhas cartão	38	19
Provisão PPR	(3)	37
Receita com atos cooperativos	3.401	3.237
Juros sobre capital próprio	830	845
Outros	100	(331)
Subtotal	4.371	3.807
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(170)	-

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	3.350	1.721
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	120.855	121.863
Outros Créditos - Rendas a receber	652	518
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	507	1.383
Investimentos (Nota 09)	9.720	9.229
Intangível (Nota 10)	3.363	2.655
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	89.654	71.354
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	3.938	3.481
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	13.647	9.157
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	129	132
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	3.342	2.624
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	8.148	12.217
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	477	-
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	4.936	3.920
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 20)	853	649
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 22)	5.770	5.491

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	26	0,06%	27
Depósitos a prazo	1.359	0,84%	1.063
Operações de crédito	884	0,36%	651

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	3.032	1.951

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	406	350
Despesa de aluguéis	2.262	1.876
Despesa de comunicação	951	982
Despesa de manutenção e conservação	945	867
Despesa de material	267	208
Despesa processamento dados	355	222
Despesa de promoções e relações públicas	1.899	1.365
Despesa de propaganda e publicidade	284	208
Despesa de seguro	506	414
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.213	1.163
Despesa de serviços de terceiros	771	841
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.545	1.509
Despesa de serviços de técnicos especializados	996	630
Despesa de serviços de transportes	1.697	1.571
Despesa de viagem	877	480
Despesa de depreciação	1.110	841
Outras despesas administrativas	1.995	1.704
Total	18.079	15.231

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	623	536
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	7.829	11.800
Reversão de provisões operacionais	1.865	653
Outras rendas operacionais	449	338
Total	10.766	13.327

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.082	655
Contribuições Cooperativistas	196	171
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	475	414
Contribuição Confederação Sicredi	4.107	3.565
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	614	489
Encargos da administração financeira	52	67
Repasse administradora de Cartões	225	398
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	678	644
Outras provisões operacionais	2.754	1.188
Outras despesas operacionais	1.998	1.506
Total	12.181	9.097

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	83.316	78.288
Total	83.316	78.288

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	75.053	71.748
Nível I (NI)	75.053	71.748
Capital principal - CP	75.053	71.748
Capital social	33.521	31.479
Reservas de capital	47.506	40.888
Lucros acumulados	1.638	1.194
Ajustes Prudenciais	(7.611)	(1.813)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	401.542	342.908
Margem de Capital (i)	26.868	27.170
Índice de Basileia (PR / RWA)	18,69%	20,92%
Situação de Imobilização (Imob)	8.679	6.835
Índice de Imobilização (Imob / PR)	11,56%	9,53%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Jardiel Cherpinski
Diretor Executivo
CPF: 036.017.359-46

Ozires Ferdinando Machado de Campos
Diretor de Operações
CPF: 987.953.171-04

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20